

<b>Título do capítulo</b>	CAPÍTULO 11 – OS USOS E NÃO USOS DE EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS PELA BUROCRACIA DISTRITAL: UMA PRIMEIRA ANÁLISE
<b>Autores(as)</b>	Daienne Machado Tatiana Sandim Pedro Jorge Holanda Alves Isabela Harumi Lopes Motoki Júlia Andrade Vivas
<b>DOI</b>	<a href="http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-032-5/capitulo11">http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-032-5/capitulo11</a>

<b>Título do livro</b>	POLÍTICAS PÚBLICAS E USOS DE EVIDÊNCIAS NO BRASIL: CONCEITOS, MÉTODOS, CONTEXTOS E PRÁTICAS
<b>Organizadores(as)</b>	Natália Massaco Koga Pedro Lucas de Moura Palotti Janine Mello Maurício Mota Saboya Pinheiro
<b>Volume</b>	-
<b>Série</b>	-
<b>Cidade</b>	Brasília
<b>Editora</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
<b>Ano</b>	2022
<b>Edição</b>	1ª
<b>ISBN</b>	978-65-5635-032-5
<b>DOI</b>	<a href="http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-032-5">http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-032-5</a>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea 2022

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## OS USOS E NÃO USOS DE EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS PELA BUROCRACIA DISTRITAL: UMA PRIMEIRA ANÁLISE

Daienne Machado<sup>1</sup>

Tatiana Sandim<sup>2</sup>

Pedro Jorge Holanda Alves<sup>3</sup>

Isabela Harumi Lopes Motoki<sup>4</sup>

Júlia Andrade Vivas<sup>5</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta e discute os primeiros resultados encontrados com o *survey O que informa as políticas públicas distritais?*, aplicado entre servidores(as) públicos(as) e empregados(as) do Distrito Federal, para entender o uso ou não uso de evidências e a que elementos e insumos eles(as) recorrem no seu cotidiano de atribuições e decisões. Este estudo foi realizado tanto pela relevância da agenda de pesquisas sobre políticas baseadas em evidências no Brasil – para a qual espera-se que ele contribua – como também por sua pertinência para o desenvolvimento da missão institucional da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), empresa pública responsável pela produção de estatísticas, estudos e pesquisas sobre o território, a população e as políticas públicas do Distrito Federal, da Área Metropolitana de Brasília e da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, por assessorar a gestão pública distrital, organização à qual as autoras e autor deste texto estão vinculados.

Importa registrar que, além de integrar o projeto de pesquisa O que Informa as Políticas Públicas Federais: o uso e o não uso de evidências pela burocracia federal brasileira, proposto pelo Ipea, este estudo também faz parte de uma agenda de pesquisas e ações da Codeplan.<sup>6</sup> Desde 2019, a organização não apenas produz evidências científicas, como faz há anos, mas também tem buscado promover a

---

1. Especialista em políticas públicas e gestão governamental do Ministério da Economia; e diretora da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan).

2. Gerente de pesquisas na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais da Codeplan.

3. Pesquisador da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais da Codeplan.

4. Graduada em estatística pela Universidade de Brasília (UnB).

5. Estagiária na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Dipos) na Codeplan.

6. O projeto *Políticas Sociais Baseadas em Evidências no DF* foi formulado pela Diretoria de Estudos e Políticas Sociais da Codeplan em 2019.

abordagem de políticas públicas baseadas em evidências (PPBEs) ou informadas por evidências, como preferem alguns (Oxman *et al.*, 2009; Barreto e Souza, 2013), junto à gestão distrital, em especial, junto a gestores responsáveis por políticas sociais. A aplicação do *survey* foi incorporada ao projeto como passo inicial de diagnóstico sobre os usos de evidências científicas pela burocracia distrital, com a enriquecedora possibilidade de comparar seus resultados aos do *survey* aplicado junto à burocracia federal (Koga *et al.*, 2020).

Entende-se que a abordagem de políticas públicas baseadas em evidências pode apoiar gestores públicos em diversos momentos do processo de produção de políticas públicas,<sup>7</sup> disponibilizando as melhores evidências científicas. A abordagem permite não apenas informar decisões a serem tomadas (Davies, 2004), mas também que os *policymakers* gerenciem melhor o uso de evidências: i) elaborando/provocando/contratando sínteses ou produção de evidências científicas sobre um problema público, alternativas de políticas, implementação, resultados ou impacto de iniciativas em curso; ii) julgando se estão sendo disponibilizadas e mobilizadas evidências científicas de qualidade e relevantes para o contexto de aplicação; e iii) reconhecendo a ausência ou limitações de evidências científicas em determinados momentos do processo de produção de políticas públicas (Oxman *et al.*, 2009). Espera-se que essa abordagem amplie as alternativas disponíveis de informações, promovendo a reflexão sobre as consequências das ações públicas sobre a sociedade (Carneiro e Danton, 2012).

A promoção do uso de evidências científicas nas tomadas de decisões em políticas públicas não pretende subordinar a decisão política ao conhecimento científico – isso não é possível e tampouco desejável. Evidências científicas integram o grupo de informações de “boa qualidade” e ocupam posição central nessa abordagem, mas figuram ao lado de outros tipos de conhecimentos que permitem aos gestores desenvolverem boas políticas públicas (Head, 2008).

Esse conjunto de conhecimentos diz respeito, entre outros, a práticas profissionais, recursos e dinâmicas de naturezas diferentes como correlações múltiplas de forças sociais de diferentes segmentos, valores, oportunidades políticas, questões culturais, fiscais, orçamentárias e normativas. Não obstante, entendemos que fortalecer o uso de evidências e uma “boa governança de evidências” (Parkhurst, 2017) pode resultar em políticas mais eficazes e inclusivas e no uso mais adequado de recursos públicos.

Também importa sublinhar que este capítulo pretende iluminar sobretudo aspectos dos usos e não usos de evidências “científicas” na gestão pública distrital. Entendemos que o conceito de evidências pode ser impreciso e multidimensional, tanto no seu sentido rotineiro como na literatura sobre políticas baseadas em evidên-

---

7. Por “processo de produção de políticas públicas” aqui, é designado o conjunto amplo de atividades para conhecer problemas públicos, formular alternativas, tomar decisões, implementá-las e avaliá-las, incluídas as microdecisões tomadas pelos atores durante a implementação de políticas que constantemente as reformulam.

cias (Pinheiro, 2020a). Justamente por isso, e na tentativa de reduzir ambiguidades e imprecisões, delimitamos que aqui: i) geralmente usamos o termo “evidências” como “evidências científicas”; e ii) entendemos por evidências científicas estudos, pesquisas, estimativas, análises, dados qualitativos ou quantitativos produzidos conforme metodologias científicas – mais frequentemente – por instituições de pesquisa. Também entendemos que outros elementos informam as políticas públicas e que conhecê-los é indispensável para compreender como a burocracia exerce suas atribuições, como diferentes elementos se entrelaçam no cotidiano para tecer as políticas públicas entregues aos cidadãos. Contudo, esses objetivos serão eventualmente explorados em outros trabalhos, por meio dos dados já coletados ou da coleta complementar de outros.

Por fim, registra-se que o *survey* aplicado na burocracia distrital replicou, com adaptações, o instrumento utilizado no trabalho *O que informa as políticas públicas: survey sobre o uso e o não uso das evidências pela burocracia federal brasileira*, realizado por Koga *et al.* (2020). A decisão se deveu ao alinhamento sobre o modelo analítico para explorar usos de evidências, à abertura dada pelos colegas na construção e na discussão do questionário e pela interessante possibilidade de eventualmente se compararem resultados. Assim como no texto de Koga *et al.* (2020), este trabalho se limita a uma exploração inicial dos resultados, com análises descritivas. Outras análises dos dados coletados serão realizadas em trabalhos subsequentes.

Este capítulo tem cinco seções, além desta introdução. Na segunda seção, faz-se uma revisão teórica para situar este trabalho em relação à literatura sobre usos de evidências científicas em políticas públicas e explicitar o modelo analítico adotado. A terceira seção apresenta os aspectos metodológicos do *survey*. Na seção 4, são apresentados os principais resultados, descrevendo o perfil dos(as) servidores(as) respondentes, trabalhos e funções e, sobretudo, as respostas sobre usos de evidências científicas. A seção 5 discute os resultados e suas implicações para a promoção do uso de evidências científicas no Distrito Federal. Por fim, nas considerações finais, são explicitadas as limitações deste estudo e as sugestões para próximas pesquisas.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 Usos de evidências em políticas públicas

Na literatura nacional, o debate sobre uso de evidências ainda está começando. Um levantamento na literatura acadêmica sobre iniciativas deliberadas de colocar em prática, de formas mais estruturadas, a abordagem de políticas baseadas em evidências (Sandim e Machado, 2020) localizou seis artigos acadêmicos e quatro teses e dissertações. Desses, apenas dois tratavam de uso de evidências: Dias *et al.* (2015), que apresentaram quatro estratégias para potencializar o uso de evidências no sistema de saúde; e Campos (2009), que problematizou o uso de evidências em

educação, destacando que algumas questões fundamentais são mais bem equalizadas por meio dos processos sociais.

Em um levantamento usando categorias analíticas mais amplas, apresentado neste livro, Faria e Sanches (2021) encontraram dez teses e dissertações e 28 artigos que tratavam de uso das evidências ou da interação entre gestores públicos e produtores do conhecimento, fosse esse o ponto principal dos trabalhos ou não. Quase todas as teses e dissertações encontradas tratavam do uso/não uso de evidências em um tipo específico de política pública, geralmente a de saúde. Entre os artigos, quatro coletaram dados de percepção de gestores públicos sobre uso de evidências (Carneiro e Rosa, 2018; Silva e Fonseca, 2015; Carneiro e Sandroni, 2018; Koga *et al.*, 2020), quatro analisaram tipos de uso de evidências científicas (Carneiro e Rosa, 2018; Tolosana, 2015; Pinheiro, 2020b; Koga *et al.*, 2020) e outros sintetizaram facilitadores e barreiras de uso de evidências.

Na literatura nacional, dois trabalhos se destacam. Koga *et al.* (2020) conduziram um *survey* junto à burocracia federal para explorar diferentes tipos de uso de evidências, tomando evidência em um sentido mais amplo. Por sua vez, Hjort *et al.* (2019) conduziram um experimento junto a prefeitos, com o intuito de conhecer a disposição a pagar para conhecer o resultado de avaliações de políticas e se a evidência sobre a eficácia de uma política alavancaria sua adoção por gestores.

## 2.2 Diferentes tipos de usos de evidências em políticas públicas

Na literatura internacional é possível identificar tipologias de uso de evidência. Uma das mais conhecidas e pioneiras classificações de uso de pesquisa na produção de políticas públicas é a elaborada por Weiss (1979). São elas: i) uso direcionado pela disponibilização de conhecimento<sup>8</sup> desenvolvido por pesquisa básica; ii) uso de pesquisa para resolver problemas específicos – pesquisas ajudariam a selecionar opções para atingir metas e poderiam ser encomendadas para esse fim; iii) modelo interativo, em situações nas quais gestores procuram fontes diversas de conhecimentos e informações – sejam eles científicos ou não –, e que também sublinha o papel ativo dos gestores para encontrar apoios para desenvolver suas políticas; iv) modelo político, em que pesquisas são usadas para apoiar uma opinião já posta ou questioná-la; v) modelo tático, em que a mera realização de uma pesquisa, independentemente de seus resultados, é usada como resposta, ou em que os resultados são uma “desculpa” ou escudo contra críticas; vi) modelo do ensinamento, em que existe uma influência indireta – os resultados e perspectivas de vários estudos vão paulatinamente mudando as lentes como gestores enxergam uma questão; e vii) pesquisa como empreendimento da sociedade, modelo que aponta para uma relação

---

8. Em inglês: i) *the knowledge-driven model*; ii) *the problem-solving model*; iii) *the interactive model*; iv) *the political model*; v) *the tactical model*; vi) *the enlightenment model*; vii) *research as part of the intellectual enterprise of society*.

de duas vias entre pesquisa e gestão – pesquisa pode influenciar políticas públicas, como o contrário – e ambas são influenciadas por outros macro elementos sociais.

Ao atentar para diferentes utilizações de evidências, para caminhos que visam à realização desses usos e para como a própria decisão sobre conduzir ou não a pesquisa pode ser mobilizada, a tipologia de Weiss tornou-se muito sofisticada (Nutley, Walter e Davies, 2007). Ainda assim, serviu para analisar a utilização de pesquisas por parte de servidores de políticas sociais – inclusive do nível de rua –, na Suécia (Sunesson e Nilson, 1988), e no desenvolvimento da política de prisões por drogas, no Reino Unido (Duke, 2001 *apud* Nutley, Walter e Davis, 2007). O modelo segue merecendo destaque também pelo pioneirismo.

Outro conjunto de modelos que merece menção é o que designa fases. Ao analisarem o uso de pesquisas por servidores públicos canadenses, Landry, Amara e Lamari (2001) adaptaram o modelo de Knott e Wildavsky (1980) e chegaram a uma tipologia com seis estágios para o uso de evidências: i) transmissão dos achados; ii) recebimento e entendimento pelos recebedores; iii) referências aos achados em relatórios e planos pelos servidores; iv) esforço para uso dos achados; v) influência nas decisões; e vi) aplicação das decisões embasadas nos achados. De um lado, os modelos de estágio são limitados ao supor um caminho linear e com requisitos e uma postura passiva dos *policymakers*, o que muitas vezes não corresponde à realidade; de outro, eles destacam positivamente o caráter cumulativo dos processos de uso de conhecimento científico em produção de políticas (Nutley, Walter e Davies, 2007).

Muito citados são os usos instrumental e conceitual (Caplan, 1979; Beyer, 1997; Nutley, Walter e Davies, 2007). O primeiro designa o uso de evidências científicas na tomada de decisões sobre um determinado problema, como na definição da rota a ser seguida. O segundo seria um uso mais indireto e difuso, em que evidências influenciariam a ascensão de um problema à agenda pública ou a forma como atores políticos enxergam e atuam sobre um problema. Fala-se também em uso tático ou estratégico (ou simbólico), em que evidências científicas são usadas como instrumentos de persuasão para apoiar decisões existentes ou questioná-las. Nesse sentido, podem inclusive ser usadas (e selecionadas propositalmente) para legitimar publicamente decisões já tomadas (Nutley, Walter e Davies, 2007).

Citado mais especificamente na literatura sobre avaliação de políticas, há também um “uso do processo”, que sublinha como o desenho e o processo de produção de pesquisas, estudos e análises – e não apenas os seus resultados – também podem ser usados pelos *policymakers* engajados nessas atividades para aprender sobre o objeto em estudo (Nutley, Walter e Davies, 2007).

Este capítulo dialoga sobretudo com a tipologia de uso instrumental, conceitual e simbólico (Caplan, 1979; Beyer, 1997), por considerá-lo abrangente, mas também simples. Importa registrar que as tipologias são úteis para analisar o uso

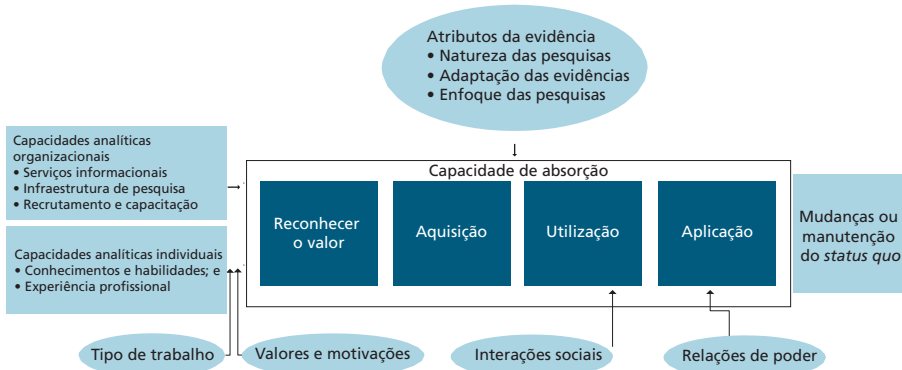
de evidências, mas seus elementos não necessariamente são tipos perfeitamente delimitados (ou delimitáveis), estáticos ou excludentes. Dada a dinamicidade dos processos de produção de políticas públicas, eles melhor servem à análise se concebidos de forma igualmente dinâmica, fluida e complementares. No desenvolvimento de uma política pública, é possível ver evidências usadas de diferentes maneiras – e mesmo de forma não intencional (Tydén, 1993).

### 2.3 Fatores que influenciam o uso de evidências em políticas públicas

Muitos estudos empíricos internacionais têm se debruçado sobre elementos que promovem ou dificultam o uso de evidências científicas na produção de políticas públicas. Uma revisão sistemática sobre barreiras e facilitares do uso realizada há quase vinte anos (Innvaer *et al.*, 2002) localizou 24 estudos, a maioria utilizando entrevistas semiestruturadas ou *surveys* com amostras muito pequenas. Oliver *et al.* (2014) atualizaram esse trabalho e localizaram outros 145 estudos empíricos de 59 países, com métodos variáveis, como etnografia, análises documentais, entrevistas semiestruturadas, *surveys* e análises longitudinais.

Para explorar o que influenciaria o uso de evidências em políticas públicas, este estudo seguiu a adaptação do modelo de Ouimet *et al.* (2009) feita por Koga *et al.* (2020) no trabalho sobre o uso de evidências pela burocracia federal (figura 1).

FIGURA 1  
Modelo analítico para explorar usos de evidências científicas pela burocracia distrital



Fonte: Koga *et al.* (2020), adaptado de Ouimet *et al.* (2009).

O modelo original foi desenvolvido na área de gestão, a partir do conceito de capacidade de absorção, e busca dialogar com três perspectivas teóricas revisitadas no estudo de Rich e Oh (2000, *apud* Ouimet *et al.*, 2009). Nos dois modelos, os elementos do conceito de capacidade de absorção são: i) reconhecimento do valor das evidências (atitude dos gestores em relação às evidências científicas); ii) aquisição – esforços para obtenção de evidências; iii) utilização da evidência – que pode se

seguir aos elementos anteriores ou não e que poderia ser aferida de diversas formas, a depender do entendimento de “uso”; e iv) aplicação, quando o conhecimento é mobilizado no processo de produção de políticas públicas.

Esses elementos – e a própria absorção de conhecimento – ocorreriam ou não em função de diferentes aspectos sublinhados pelas três diferentes perspectivas trazidas por Rich e Oh (2000, *apud* Ouimet *et al.*, 2009). A perspectiva racionalista considera a relevância de características individuais dos burocratas. Na versão adotada por Ouimet *et al.* (2009), Koga *et al.* (2020) rejeita a ideia da racionalidade ilimitada dos agentes e, portanto, supostos como a relação imediata entre disponibilidade de informações e seu entendimento/uso pela gestão, mas reconhece que habilidades e conhecimentos dos servidores influenciam o uso de evidências. Essas habilidades e conhecimentos estariam ligados ao percurso acadêmico que fizeram, a treinamentos específicos como formação continuada ou em serviço. Koga *et al.* (2000) acrescentam, nessa categoria de características individuais, o tipo de trabalho executado, valores e motivações dos burocratas, trazidos de abordagens construtivistas.

A perspectiva organizacional aponta para condições e elementos postos pelas próprias organizações públicas como infraestrutura tecnológica para acesso a evidências científicas, políticas explícitas de desenvolvimento profissional que oportunizem o aprendizado de metodologias ou ferramentas de pesquisa, seleção e recrutamento de servidores com *expertise* ou unidades de tradução do conhecimento, e/ou de promoção da relação entre gestão e pesquisadores.

A terceira perspectiva considera a relação e a comunicação entre produtores de evidências e os burocratas, assumindo que são grupos com diferentes *backgrounds*, visões de mundo, linguagens e, sobretudo, objetivos e horizontes temporais de suas funções distintos (Caplan, 1979). O modelo adaptado de Koga *et al.* (2020) incorporou atributos das evidências, como o tipo de estudo, sua fonte, tamanho etc.

O modelo adaptado por Koga *et al.* (2020) foi discutido com alguns dos autores deste trabalho durante o desenvolvimento dos estudos e foi adotado por se mostrar bastante completo, contemplando boa parte da literatura sobre o tema. Oliver *et al.* (2014), em sua revisão, apontaram essencialmente os mesmos elementos dos modelos fundidos. Apesar de os trabalhos de Ouimet *et al.* (2009) e Koga *et al.* (2020) terem explorado o uso de evidências no nível federal, considerou-se que os modelos servem à exploração do tema junto a burocracias subnacionais. Por fim, registra-se que, como não foram identificadas normas distritais ou orientações sobre uso de evidências ou avaliação de políticas públicas, optou-se por não agregar nenhum componente ao modelo para uso no Distrito Federal.



### 3 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos deste estudo, optou-se pela coleta de dados primários por meio de um *survey* com burocratas dedicados à produção das políticas públicas. Essa forma de coleta permite testes em proposições complexas envolvendo, em interação simultânea, diversas variáveis, o que possibilita a identificação de fontes de informação, motivações e padrões no uso de evidências com outros dados coletados (Babbie, 1999). Além disso, um *survey* tem três funções principais: i) exploração, indicado para trabalhar objetos de pesquisa desconhecidos; ii) descrição, utilizado para caracterizar com dados o fenômeno estudado e produzir fontes de informação para outros estudos; e iii) explicação, ideal para testar hipóteses orientadas pela teoria (Paranhos, 2014).

O *survey* foi disponibilizado para servidores e servidoras do Distrito Federal, vinculados à administração direta e indireta, por quase dois meses, com o envio de *e-mail* com *link* individual para o questionário na plataforma LimeSurvey. Essa plataforma garante o sigilo dos respondentes, fundamental para a confiabilidade das respostas e do atendimento aos princípios éticos de pesquisa.

#### 3.1 Construção do questionário

O questionário replicou, com adaptações, o utilizado por Koga *et al.* (2020), construído a partir de instrumentos desenvolvidos por pesquisadores estrangeiros (Ouimet *et al.*, 2009; Cherney *et al.*, 2015; Veselý, Ochrana e Nekola, 2018). O *survey* buscou incorporar questões relacionadas às variáveis do modelo analítico apresentado – características individuais, elementos sobre comunicação e organização, e relação com instituições de pesquisa ou pesquisadores. Este estudo foi direcionado para servidores e empregados em cargos de médio ou alto escalão, pelo entendimento de que essas pessoas ocupam posições mais diretamente relacionadas à formulação de políticas públicas e para manter comparabilidade com a pesquisa feita na burocracia federal (Koga *et al.*, 2020). Essas pessoas foram selecionadas conforme procedimentos descritos a seguir.

O questionário pronto tinha seis seções (quadro 1), precedidas por informações sobre a coleta, o armazenamento, o tratamento e a análise<sup>9</sup> dos dados.

---

9. O questionário pode ser consultado em: <<https://bit.ly/308zNYW>>.

QUADRO 1  
 Seções do questionário

Seção	Temas
Localização funcional	Local de trabalho, vínculo com a administração pública e tempo na carreira.
Política pública	Eixo do plano plurianual (PPA) e tempo na atividade.
Função	Competências sob responsabilidade do respondente.
Fontes de informação	Principais fontes de informações utilizadas, formas de acesso e finalidades.
Conhecimentos, habilidades, valores	Grau de formação, habilidades e conhecimentos específicos.
Perfil demográfico	Perfil sociodemográfico.

Elaboração dos autores.

O pré-teste foi realizado em uma amostra de aproximadamente quinze pessoas selecionadas por conveniência, formada por empregados da Codeplan e por servidores de cinco secretarias. Os *feedbacks* enviados não ensejaram ajustes no questionário.

### 3.2 Obtenção e preparação da base de respondentes

A obtenção da base de respondentes demandou várias estratégias, como propostas de parceria e contatos institucionais com responsáveis pela guarda e atualização dos registros. Por fim, a base foi fornecida pela Subsecretaria de Gestão de Pessoas (Sugep), da Secretaria de Economia do Governo do Distrito Federal (GDF), extraída em 17 de novembro de 2020. Constavam da base de dados os registros de todos os empregados e servidores das secretarias de estado, empresas públicas, autarquias e fundações do GDF.

A tarefa de identificar os empregados e servidores dentro do perfil pretendido (ocupantes e cargos de médio e alto escalão) foi complexa, visto que as secretarias e demais instituições distritais têm autonomia para definir estruturas hierárquicas, distribuir funções gratificadas e cargos de comissionados, nomear cargos e atribuir a respectivas competências. Com isso, não foi possível selecionar totalmente os respondentes por nenhuma dessas variáveis.

A seleção foi, então, feita por meio de filtros na base de dados e no questionário, especificamente aplicados no local de trabalho (lotação). Essa tarefa foi a mais difícil, sendo aquela em que é preciso reconhecer – em nome do rigor científico – que, possivelmente, houve falhas. Isso porque só foram excluídos os registros de pessoas lotadas em unidades que, com certeza, estavam fora do perfil. Nos casos de dúvidas, os registros foram mantidos na base. O filtro no questionário foi inserido com a intenção de aumentar a acurácia na seleção e materializou-se na questão sobre atendimento cotidiano ao público, mencionada anteriormente.

O quadro 2 apresenta os filtros aplicados. Após a filtragem, restaram 46.662 registros. Após o envio do convite, 2.807 *e-mails* não foram entregues por erros nos endereços.

## QUADRO 2

### Filtros aplicados na base de registros de servidores(as) e empregados(as)

Variável	Operação	Número de registros
Total de registros		96.064
Situação funcional específica	Selecionar pessoas com vínculos celetário, magistério e servidor estatutário.	95.632
Órgão	Remover servidores das administrações regionais.	93.331
Situação	Selecionar pessoas com vínculo de trabalho normal, incluídos no mês ou requisitados.	86.869
Lotação	Excluir da lista pessoas cujas lotações são relacionadas com atendimento ao público.	48.741
<i>E-mail</i>	Remover registros sem endereço de <i>e-mail</i> .	48.028
<i>E-mail</i> e nome	Remover pessoas com mais de um vínculo empregatício.	46.703
<i>E-mail</i>	Remover registros com endereços de <i>e-mail</i> incorretos.	46.662

Elaboração dos autores.

### 3.3 Coleta de dados

Os convites foram enviados por *e-mail*, em 1º de dezembro de 2020, para todos os registros selecionados. Semanalmente, foram enviados lembretes para quem não tinha respondido ainda, totalizando cinco envios.

Observa-se que não houve processo de seleção aleatória dos participantes, isto é, os indivíduos que participaram deste estudo foram voluntários, por meio de uma “auto-seleção”. Desse modo, é importante ressaltar que a amostragem por conveniência pode trazer algumas limitações como possíveis vieses de seleção e dificuldade de generalizar os resultados com precisão estatística.

Durante a coleta, constatou-se um percentual elevado de pessoas respondendo positivamente à questão-filtro sobre trabalho de atendimento ao público (80,34%). Isso sinalizou problemas na formulação da questão e, consequentemente, dificuldade de compreensão por parte dos respondentes. Para remediar o problema: i) modificou-se o enunciado da questão; ii) permitiu-se o seguimento do questionário para quem respondesse afirmativamente; iii) enviou-se o convite novamente para quem havia sido excluído pelo filtro. Foram reenviados 3.226 convites. Destes, 423 pessoas responderam novamente, sendo que 153 (36,17 %) alteraram suas respostas iniciais, confirmando o problema no enunciado.

Foram consideradas respostas válidas: i) as completas; e ii) as de pessoas que marcaram “não” na pergunta-filtro. Com 1.109 questionários válidos para análise, realizou-se o cálculo da margem de erro correspondente a uma amostra probabilística de mesmo tamanho dado por:

$$e = z \sqrt{1 - \frac{n}{N}} \sqrt{\frac{PQ}{n}} = 0,0029,$$

em que o número total de servidores públicos no Distrito Federal ( $N$ ) usado foi 46.394, com a variância máxima de uma distribuição binomial ( $PQ$ ), nível de confiança de 95% e tamanho de amostra  $n$  de 1109. Isto é, para uma amostra probabilística de mesmo tamanho da amostra do estudo, a margem de erro é de, aproximadamente, 3% para representatividade dos 46.394 servidores do GDF.

### 3.4 Análise dos dados

Para analisar as respostas, foram calculadas frequências absolutas e relativas apresentadas em tabelas e em gráficos de barras e de setor. Para duas questões foram desenvolvidas análises fatoriais, replicando análises realizadas por Koga *et al.* (2020). Para as análises foi utilizado o *software* de análise estatística R.<sup>10</sup>

## 4 RESULTADOS

Esta seção se organiza em três subseções. A primeira apresenta o perfil dos respondentes. A segunda aborda questões relacionadas à rotina de trabalho e às funções desempenhadas pelos respondentes. A terceira subseção reúne as respostas mais relevantes do estudo: padrões de acesso e utilização de diferentes tipos de informação; e fatores pessoais e organizacionais que impactam no uso ou não de evidências científicas.

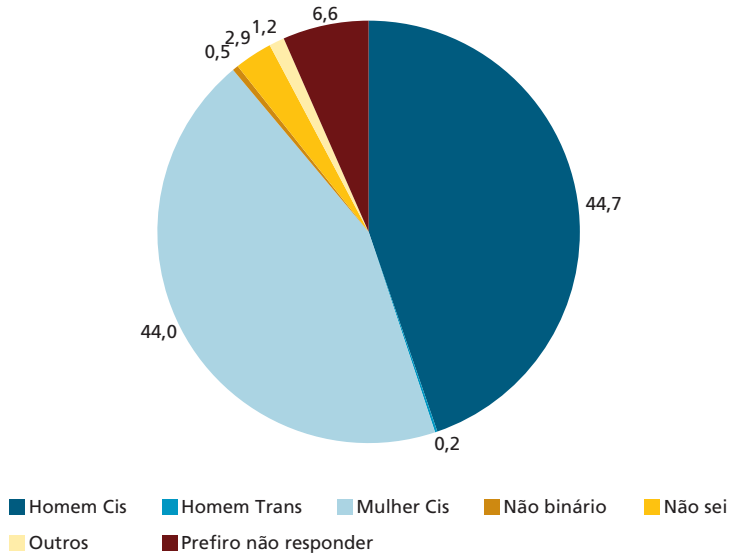
### 4.1 Perfil dos respondentes

Os dados mostram preponderância do sexo masculino cisgênero (44,7%) e do sexo feminino cisgênero (44,0%) entre os respondentes. Há um pequeno número de funcionários que se declararam do sexo masculino transexual (0,2%) e não binário (0,5%). O percentual de servidores que preferiram não responder, não sabem ou declaram “outros” foi 10,7%.

---

10. A programação pode ser consultada em: <<https://bit.ly/3DtIJGN>>.

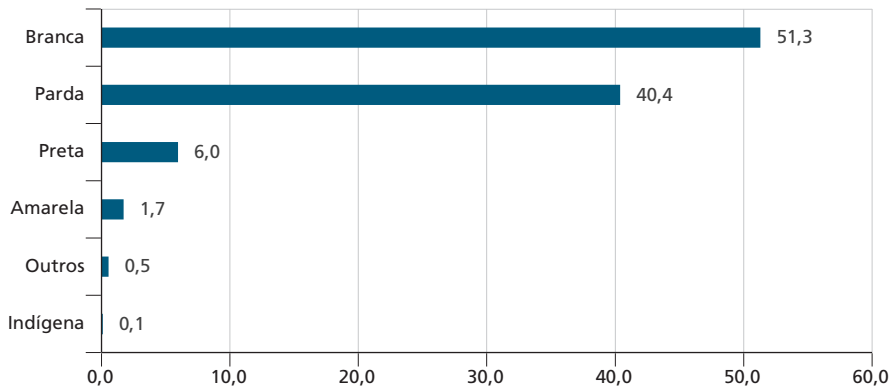
GRÁFICO 1  
Gênero dos(as) servidores(as)  
(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.  
Elaboração dos autores.

A distribuição dos respondentes por cor/raça/etnia aponta a preponderância da proporção de indivíduos autodeclarados brancos (51,3%), seguidos por 40,4% autodeclarados de cor parda.

GRÁFICO 2  
Distribuição dos(das) respondentes, por cor/raça  
(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.  
Elaboração dos autores.

Para comparação, foram analisadas informações do Painel Estatístico de Pessoal da Sugep. O Painel disponibiliza acesso às informações relacionadas ao quadro de pessoal do GDF. Os dados informam que cerca de 15,4% dos servidores têm até 30 anos de idade, 44,3% tinham entre 31 e 42 anos, e 34,5% tinham entre 41 e 45 anos. As participantes do *survey* são, proporcionalmente, pessoas mais velhas do que a totalidade de servidores e empregados do Distrito Federal.

TABELA 1  
Perfil etário dos servidores(as) e empregados(as) participantes do *survey* e total – Distrito Federal (2020 e 2021)

Faixa etária	Participantes do <i>survey</i>		GDF	
	Frequência	%	Frequência	%
Até 30 anos	89	8,0	12.695	15,4
De 31 a 42 anos	401	36,2	36.397	44,3
De 41 a 54 anos	435	39,2	28.367	34,5
De 54 a 60 anos	129	11,6	3.572	4,3
Mais de 60 anos	55	5,0	1.195	1,5
<b>Total</b>	<b>1.109</b>	<b>100</b>	<b>82.226</b>	<b>100</b>

Fontes: Dados da pesquisa; Painel Estatístico de Pessoal/GDF, disponível em: <<https://bit.ly/3J4wx0>>. Elaboração dos autores.

Observando o perfil da escolaridade do corpo funcional do GDF, é possível verificar que grande parte dos servidores possui graduação (39%) ou especialização (35,4%) e 1,6% dos servidores não possui ensino fundamental completo. Comparando com as informações coletadas, os dados informam que, em termos proporcionais, os respondentes do *survey* têm escolaridade mais elevada: a maioria cursou especialização (55,09%) e 71,14% concluíram algum tipo de pós-graduação.

TABELA 2  
Nível de escolaridade dos(das) servidores(as) respondentes

Escolaridade	Participantes do <i>survey</i>		GDF	
	Frequência	%	Frequência	%
Ensino Fundamental Incompleto	0	0,0	1.356	1,6
Ensino Fundamental Completo	2	0,3	312	0,4
Ensino Médio/Técnico	73	7,1	15.640	19,0
Graduação	245	22,1	32.094	39,0
Especialização (pós-graduação <i>lato sensu</i> )	611	53,6	29.086	35,4
Mestrado	156	14,5	3.164	3,8
Doutorado/Pós-doutorado	22	2,4	574	0,7
<b>Total</b>	<b>1.109</b>	<b>100</b>	<b>82.226</b>	<b>100,0</b>

Fontes: Dados da pesquisa; Painel Estatístico de Pessoal/GDF, disponível em: <<https://bit.ly/3J4wx0>>. Elaboração dos autores.

Entre os respondentes que têm pelo menos graduação, aproximadamente 48% declararam título mais elevado na área de ciências sociais aplicadas, que agrega os cursos de administração, economia, direito, comunicação, ciência da informação, entre outros. Em segundo lugar, 18,9% declararam formação em ciências humanas, 11,3% em ciências da saúde e 7,1% nas engenharias (tabela 3).

**TABELA 3**  
**Área de formação do título mais alto do(a) servidor(a)**

Área de formação	Frequência	%
Ciências sociais aplicadas	492	47,6
Ciências humanas	195	18,9
Ciências da saúde	117	11,3
Engenharias	73	7,1
Ciências exatas e da terra	63	6,1
Linguística, artes e letras	33	3,2
Ciências biológicas	26	2,5
Ciências agrárias	21	2,0
Outros	14	1,4

Fonte: Dados da pesquisa.  
Elaboração dos autores.

#### 4.2 Trabalho e funções nas políticas públicas

Como mostra a tabela 4, cerca de 74,4% dos respondentes são servidores(as) públicos(as) efetivos(as), 18,8% estão em cargos de comissão e 6% são empregados(as) públicos.

**TABELA 4**  
**Vínculo do(a) servidor(a) com a administração do Distrito Federal**

Tipo de vínculo	Frequência	%
Servidor(a) público(a) efetivo(a)	825	74,4
Sem vínculo (cargo em comissão)	209	18,8
Empregado(a) público(a)	66	6,0
Requisitado(a) de outros poderes e/ou esferas, incluindo aposentados(as)	5	0,5
Aposentado(a) pela administração pública distrital	4	0,4

Fonte: Dados da pesquisa.  
Elaboração dos autores.

Entre os 825 respondentes que são servidores e empregados efetivos, foram identificadas pelo menos 35 carreiras. A tabela 4 apresenta as quinze carreiras mais recorrentes entre os respondentes, reunindo quase 85% dos ocupantes de cargos

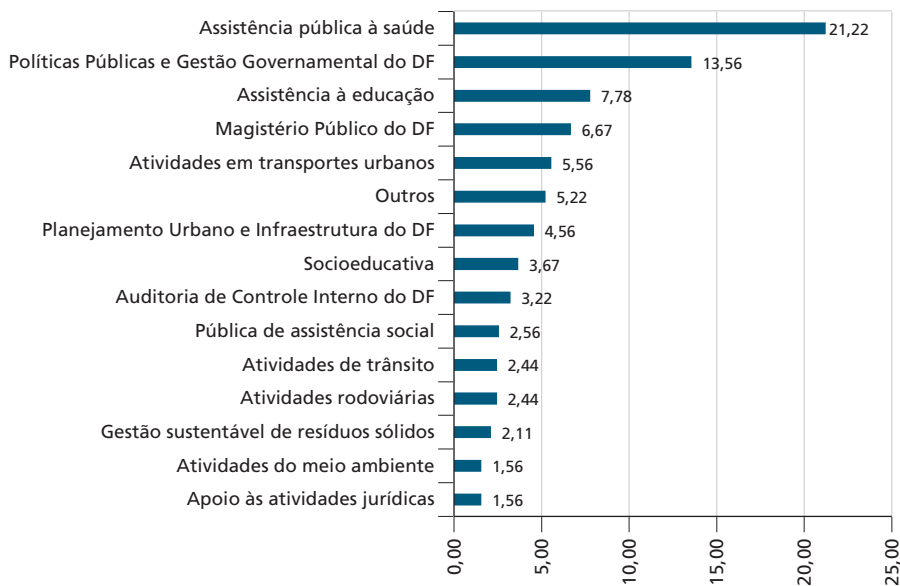
efetivos. A carreira “assistência pública de saúde” teve 191 participantes. Essa é, também, uma das carreiras mais numerosas do Distrito Federal. Em seguida, constam as carreiras “políticas públicas e gestão governamental do Distrito Federal”, “assistência a educação” e “magistério público do Distrito Federal”.

Também foi pesquisada a ocupação de cargos de confiança. O gráfico 3 indica que os servidores da “assistência pública de saúde”, em grande parte, não ocupam tais cargos (66%), enquanto a carreira “políticas públicas e gestão governamental” possui 64,7% dos servidores ocupando algum cargo de confiança.

GRÁFICO 3

**Carreira atual do(a) servidor(a): quinze mais recorrentes**

(Em %)

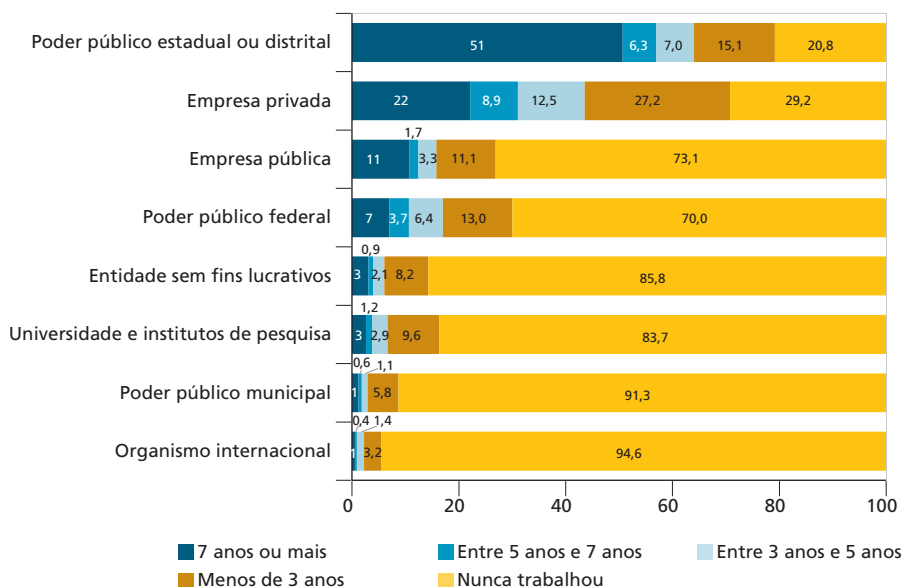


Fonte: Dados da pesquisa.  
Elaboração dos autores.

O questionário investigou experiências de trabalho anteriores. Os resultados indicam que mais da metade dos(das) respondentes já trabalhou por períodos longos no poder público estadual ou distrital (50,7% por sete anos ou mais) ou empresa privada (43,5% por três anos ou mais). Por outro lado, grande parte dos respondentes nunca trabalhou em poder público federal (70%), municipal (91,3%), organismos internacionais (94,6%), universidade e institutos de pesquisa (83,7%), e entidade sem fins lucrativos (85,8%).



GRÁFICO 4  
Tempo de trabalho, por tipo de organização  
(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.  
Elaboração dos autores.

A tabela 5 apresenta a distribuição de servidores respondentes por tipo de órgão atual. A maior parte dos respondentes atua em secretarias de estado (68,2%). A segunda e a terceira maiores proporções são de trabalhadores de autarquias (12,6%) e empresas públicas (8,5%).

TABELA 5  
Órgão dos(as) servidores(as) com vínculo empregatício

Órgão	Frequência	%
Secretarias de estado	756	68,2
Autarquia	140	12,6
Empresa pública	94	8,5
Órgãos especializados (PCDF, PMDF, CBMDF, Controladoria ou Procuradoria) <sup>1</sup>	54	4,9
Fundação	32	2,9
Casa Civil <sup>2</sup>	28	2,5
Defensoria Pública do Distrito Federal	5	0,5

Fonte: Dados da pesquisa.  
Elaboração dos autores.

Notas: <sup>1</sup> PCDF – Polícia Civil do Distrito Federal; PMDF – Polícia Militar do Distrito Federal; CBMDF – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

<sup>2</sup> “Casa Civil” inclui as Secretarias de Estado da Casa Civil, Juventude, Atendimento à comunidade, Governo, Projetos Especiais, Relações Institucionais, Relações Parlamentares, Extraordinária Pessoa com Deficiência, Extraordinária da Família, Casa Militar e Gabinetes de Governador e Vice-Governador.

Para identificar as áreas de políticas públicas, questionou-se sobre o vínculo com programas do PPA. Os programas mais apontados (tabela 6) foram saúde (19,3%), desenvolvimento territorial (17,8%) e educação (12,3%). Chama atenção que aproximadamente 12,3% dos servidores não sabem o eixo em que estão situados e que 7,4% afirmam atuar em outros eixos.

TABELA 6  
Vinculação dos(as) respondentes, por eixos do PPA

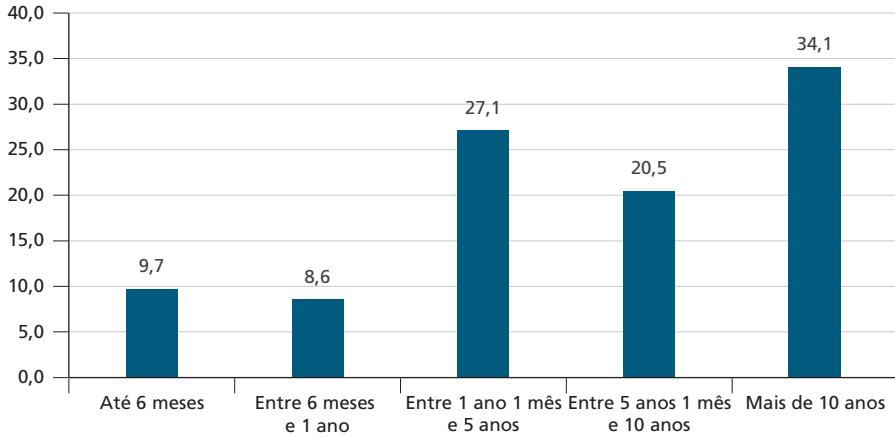
Eixo do PPA	Frequência	%
Saúde	222	19,3
Desenvolvimento territorial	205	17,8
Não sei	141	12,3
Educação	119	10,4
Gestão e estratégia	101	8,8
Desenvolvimento social	85	7,4
Outros	85	7,4
Segurança	67	5,8
Desenvolvimento econômico	62	5,4
Meio ambiente	62	5,4

Fonte: Dados da pesquisa.  
Elaboração dos autores.

No geral, os respondentes têm muito tempo de experiência na área em que atuavam quando responderam ao questionário. Um terço (34,1%) afirmou estar há mais de dez anos na política pública atual, 20,5% dos respondentes tinham entre cinco e dez anos de experiência e 27,1%, afirmaram trabalhar entre um e cinco anos na mesma área (gráfico 5).

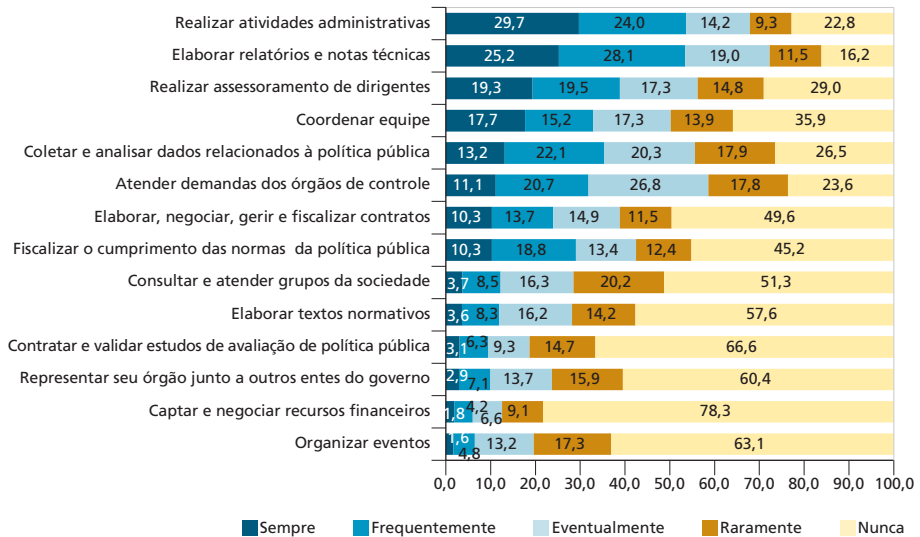
Em relação às atividades desempenhadas pelos servidores (gráfico 6), as mais comuns executadas sempre são: realizar “atividades administrativas”, como agendar reuniões, tramitar processos e elaborar ofícios (29,7%); “elaborar relatórios e notas técnicas e documentos para subsidiar tomada de decisões” (25,2%); e “assessorar dirigentes” (19,3%). As tarefas frequentemente realizadas são: “elaborar notas técnicas” (28,1%); “realizar atividades administrativas” (24%); e “coletar e analisar dados para políticas públicas” (22,1%). Entre as atividades nunca realizadas, destacam-se: “captar e negociar recursos financeiros” (78,3%); “contratar e validar estudos de avaliação de políticas públicas” (66,6%); “organizar eventos” (63,1%); e “representar seu órgão junto a outros entes governamentais” (60,4%).

**GRÁFICO 5**  
**Distribuição de servidores, por tempo de trabalho na política pública atual**  
(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.  
Elaboração dos autores.

**GRÁFICO 6**  
**Frequência de realização de atividades pelos(as) servidores no âmbito da política pública**  
(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.  
Elaboração dos autores.

Koga *et al.* (2020) investigaram as possíveis correlações entre funções desempenhadas e perfis comuns de atividades com uma análise fatorial<sup>11</sup> dos dados e identificaram quatro perfis específicos: i) analítico/controle, representando servidores que elaboram relatórios, coletam e analisam dados, contratam e validam estudos, elaboram textos normativos, e fiscalizam o cumprimento de normas; ii) relacional, que envolve atividades de captação e negociação de recursos, consultar e atender grupos interessados, organizar eventos, coordenar equipes e representar seu órgão; iii) gerenciamento de recursos, com atividades de atendimento de demandas dos órgãos de controle e assessoramento de dirigentes; e iv) administrativo, que envolve processos e tarefas operacionais do cotidiano, como elaborar, negociar e fiscalizar contratos.

A partir da análise fatorial (tabela 7) das atividades realizadas, é possível observar quatro perfis, semelhantes ao encontrados por Koga *et al.* (2020). Os resultados explicam cumulativamente 70% dos dados e, de acordo com o coeficiente alfa de Cronbach, o modelo fatorial é consistente e válido. O primeiro perfil realiza atividades de cunho analítico, o segundo se concentra em atividades relacionais, o terceiro focaliza atividades de assessoria e administrativas e, por fim, há um grupo responsável pela gestão e fiscalização de contratos.

**TABELA 7**  
**Análise fatorial das atividades realizadas pelos(as) servidores(as) no âmbito da política pública**

Função/atividade	Analítico/ controle	Relacional	Gerência/ fiscalização	Administrativo
Elaborar relatórios e notas técnicas	0,77	0,13	0,36	0,19
Coletar e analisar dados relacionadas à política pública	0,73	0,42	0,22	0,16
Contratar e validar estudos de avaliação de política pública	0,65	0,47	0,05	0,40
Elaborar textos normativos	0,58	0,56	0,25	0,01
Fiscalizar o cumprimento das normas de política pública	0,52	0,15	0,19	0,49
Captar e negociar recursos financeiros	0,28	0,68	-0,03	0,42
Consultar e atender grupos da sociedade	0,32	0,78	0,36	0,15
Organizar eventos	0,15	0,64	0,44	0,00
Coordenar equipe	0,15	0,47	0,51	0,28
Representar seu órgão junto a outros entes do governo	0,22	0,82	0,28	0,18
Atender demandas dos órgãos de controle	0,43	0,13	0,55	0,36
Realizar assessoramento de dirigentes	0,42	0,32	0,60	0,10

(Continua)

11. A análise fatorial é útil para situações em que os respondentes apresentam correlação elevada nas questões. Os altos coeficientes de correlação permitem estabelecer novas variáveis que captem o comportamento conjunto das variáveis originais. Cada variável é chamada de fato, que pode ser chamado também como o grupamento de variáveis a partir dos critérios definidos (Fávero e Belfiore, 2017).

(Continuação)

Função/atividade	Analítico/ controle	Relacional	Gerência/ fiscalização	Administrativo
Realizar atividades administrativas	0,13	0,17	0,60	0,14
Elaborar, gerir e fiscalizar contratos	0,18	0,18	0,29	0,86
KMO: 0,21; $X^2 = 28678,13$ ; $df = 91$ ; $p < 0,001$				
Alfa de Cronbach: 0,93				
Varição total explicada	0,44	0,24	0,59	0,7
ss loadings	2,84	3,3	2,05	1,67

Fonte: Dados da pesquisa.  
Elaboração dos autores.

Em uma semana típica, os servidores declararam trabalhar, em média, 39 horas e destinar, também em média, três horas para reuniões e três horas para leitura de estudos e pesquisas. Cerca de 60,3% dos servidores declararam trabalhar exatamente quarenta horas semanais, 17,4% menos e 19,8% mais de quarenta horas.

**TABELA 8**  
**Distribuição do tempo semanal de trabalho dos(as) respondentes**

Faixa de horas semanais trabalhadas	%
Menos que quarenta horas	17,4
Quarenta horas	60,3
Mais que quarenta horas	19,8
Dados faltantes	2,4

Fonte: Dados da pesquisa.  
Elaboração dos autores.

Em relação ao tempo dedicado às reuniões, 32,1% declararam utilizar menos de uma hora, 21,7% entre duas e cinco horas, 13,6% entre seis e dez horas, e 11% destinaram onze horas ou mais. A distribuição de horas destinadas à leitura de estudos e pesquisas por semana é semelhante: 30,1% leem por menos de uma hora, 23,8% entre duas e cinco horas, 15,8%, seis a dez horas, e 10,1% passam onze horas ou mais se dedicando à leitura.

**TABELA 9**  
**Distribuição do tempo semanal em reuniões e leitura de pesquisas**  
(Em %)

Faixa de horas semanais	Em reuniões	Em leitura de pesquisas
Menos de uma hora	32,1	30,1
De duas a cinco horas	21,7	23,8
De seis a dez horas	13,6	15,8
Onze horas ou mais	11,0	10,1
Dados faltantes	21,6	20,2

Fonte: Dados da pesquisa.  
Elaboração dos autores.

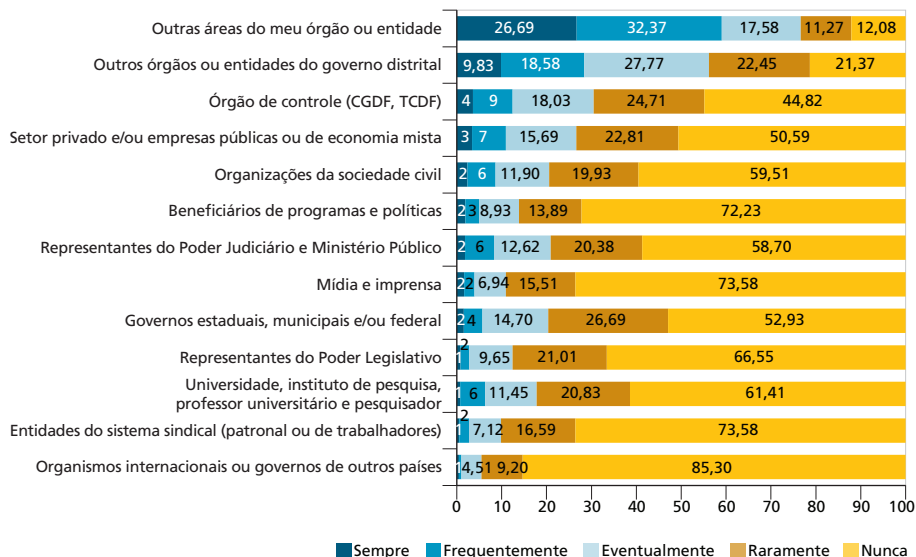
### 4.3 Práticas e padrões relacionados ao uso de informações e evidências científicas

Esta subseção reporta as práticas e os padrões dos respondentes relacionadas ao uso de informações e evidências científicas em políticas públicas. Os dados do gráfico 7 mostram a distribuição percentual das interações dos participantes com atores/organizações. Chama atenção que a interação dos participantes com universidades, institutos de pesquisa e pesquisadores é baixa: 61,41% afirmaram nunca as ter como interlocutoras no seu trabalho e 20,83% disseram tê-las raramente.

Interações com colegas do próprio GDF são as três mais frequentes: 26,7% e 32,4% declararam sempre e frequentemente, respectivamente, terem interação com “outras áreas do próprio órgão ou entidade”, enquanto 9,8% e 18,6% declararam interação sempre e frequente, respectivamente, com “outros órgãos ou entidades do governo distrital”. Servidores que interagem sempre ou frequentemente com órgãos de controle do GDF, somaram 13%.

De forma geral, os servidores participantes reportaram interagir muito entre eles mesmos e bem menos com outros atores/organizações. Entre as organizações com as quais declararam nunca ter interação, destacam-se os “organismos internacionais” (85,3%), as “entidades do sistema sindical patronal ou trabalhadores” (73,6%), “mídia e imprensa” (73,6%), “beneficiários de programas e políticas” (72,2%) e “universidades, institutos de pesquisa, professores universitários e pesquisadores individuais” (61,4%).

GRÁFICO 7  
Interação dos atores/organizações para executar o seu trabalho  
(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.  
Elaboração dos autores.

Um percentual elevado de participantes (77,9%) afirmou não ler publicações em língua estrangeira. Observando-se o nível de escolaridade, os dados mostram que boa parte dos servidores com doutorado/pós-doutorado (40,9%) e mestres (51,9%) não leem publicações em língua estrangeira. Entre aqueles com graduação e especialização, esse percentual foi de 84,9% e 81%, respectivamente.

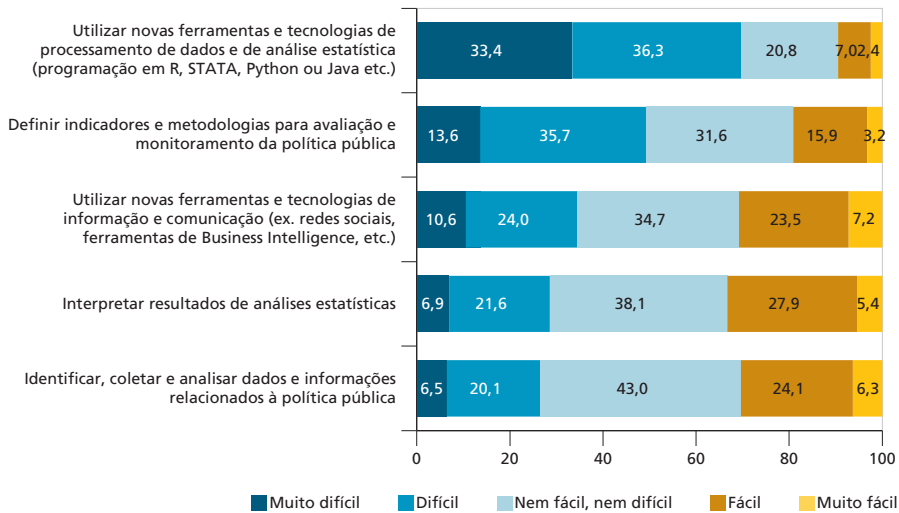
TABELA 10  
Leitura de documentos em língua estrangeira, por nível de escolaridade

Ler literatura estrangeira	Ensino fundamental	Ensino médio/técnico	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado/pós-doutorado	Total
Quantidade							
Não	2	69	208	495	81	9	<b>864</b>
Sim	0	4	37	116	75	13	<b>245</b>
%							
Não	100,0	94,5	84,9	81,0	51,9	40,9	<b>77,9</b>
Sim	0,0	5,5	15,1	19,0	48,1	59,1	<b>22,1</b>
Qual idioma	Ensino fundamental	Ensino médio/técnico	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado/pós-doutorado	Total
Inglês	0	4	34	112	73	12	<b>235</b>
Espanhol	0	1	13	44	26	5	<b>89</b>
Francês	0	0	1	3	4	1	<b>9</b>
Outros	0	0	0	2	1	0	<b>3</b>

Fonte: Dados da pesquisa.  
Elaboração dos autores.

Ainda sobre atributos individuais, questionou-se o grau de dificuldade/facilidade para realizar atividades relacionadas à produção e consumo de pesquisas científicas, como definição de indicadores, interpretação de análises estatísticas, entre outras. No geral, a maioria dos servidores respondentes não parece familiarizada com as atividades listadas (gráfico 8): nenhuma delas foi apontada por mais da metade dos respondentes como fácil ou muito fácil. Para os participantes, a tarefa mais considerada como muito difícil ou difícil (69, 7% somadas) foi a utilização de novas ferramentas e tecnologias de processamento de dados e análise estatística (como R, Stata, Python etc.). Em segundo lugar aparece a definição de indicadores e metodologias para avaliação e monitoramento de políticas públicas: 13,6% consideram a tarefa como muito difícil e 35,7% afirmam ser uma tarefa difícil. Apesar de poucas pessoas terem preenchido alguma atividade como “muito fácil”, a tarefa de “identificar, coletar e analisar dados e informações” parece mais familiar, com 33,3% considerando-a fácil ou muito fácil.

**GRÁFICO 8**  
**Nível de dificuldade/facilidade em realizar tarefas**  
 (Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.  
 Elaboração dos autores.

Ao serem questionados se, nos últimos doze meses, “realizaram algum treinamento ou capacitação de formação continuada” (cursos de aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado), 57,5% dos servidores responderam “sim” e 42,5%, “não” (tabela 11). Para os que responderam sim, foi perguntado o curso envolveu a leitura de pelo menos uma pesquisa ou estudo científico, ao que 72,7% dos servidores afirmaram ter lido ao menos uma pesquisa e estudo científico durante o curso.

**TABELA 11**  
**Realização de treinamentos e capacitação e leitura de artigos**

Realização de treinamentos e capacitação	Frequência	%
Sim	638	57,5
Não	471	42,5
Leu um ou mais artigos	Frequência	%
Sim	453	72,7
Não	185	29,5

Fonte: Dados da pesquisa.  
 Elaboração dos autores.

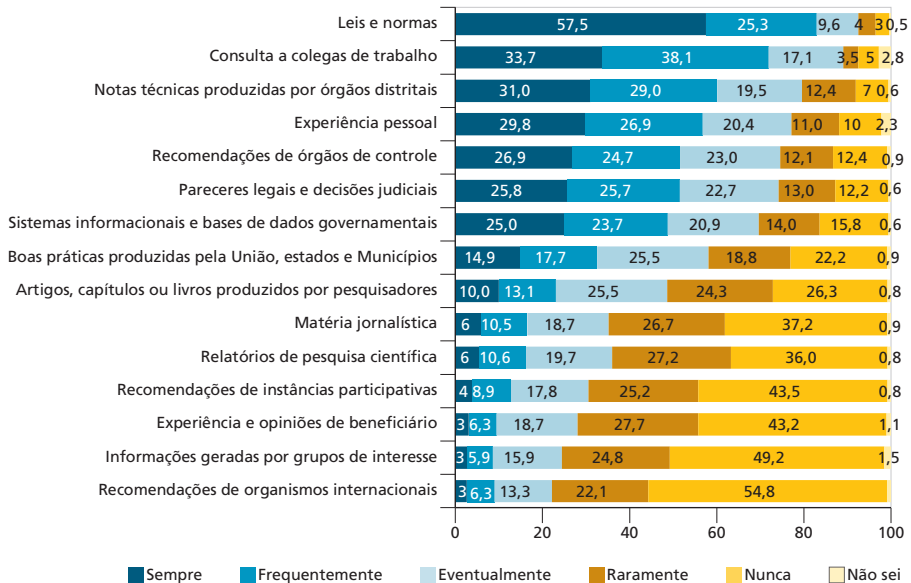
Perguntados sobre a frequência de utilização de determinados tipos de informação no trabalho (gráfico 9), os respondentes afirmaram utilizar de forma mais recorrente “leis e normas” (57,5%), “consulta a colegas de trabalho” (33,7%), “notas



técnicas produzidas por órgãos distritais” (31%) e “experiência pessoal” (29,8%). Os resultados também mostraram a importância das relações interpessoais e das trajetórias individuais como fonte de informações, com elevadas proporções de servidores que afirmam utilizar sempre ou frequentemente a “consulta de colegas” (33,7% 38,1%) e a “experiência pessoal” (29,8% e 26,9%).

Entre os tipos de informações produzidas segundo métodos científicos, são pouco utilizados relatórios de pesquisa científica (16,3% afirmaram usar sempre ou frequentemente) e artigos, capítulos ou livros produzidos por pesquisadores (23,1% usam sempre ou com frequência). Por sua vez, sistemas informacionais e bases de dados governamentais, também considerados evidências científicas, são usados sempre ou frequentemente por 48,7% dos respondentes, quase o dobro do item anterior.

GRÁFICO 9  
Informações utilizadas para o trabalho dos(as) servidores(as)  
(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.  
Elaboração dos autores.

Ao replicar a análise fatorial de Koga *et al.* (2020), buscou-se identificar perfis de servidores. A tabela 12 informa os resultados que explicam cumulativamente 62% dos dados e revela quatro perfis comuns: i) interno; ii) externo; iii) acadêmico; e iv) pessoal. Os burocratas do perfil interno utilizam sobretudo informações internas do Distrito Federal, leis e normas, notas técnicas produzidas internamente,

pareceres legais, recomendações de órgãos de controle, manuais de boas práticas e iniciativas da União, estados e municípios, bem como sistemas de informações governamentais. Os respondentes de perfil externo utilizam majoritariamente informações geradas por instâncias privadas, beneficiários da política pública, grupos de interesse, organismos internacionais e matérias jornalísticas. Os servidores de perfil acadêmico utilizam artigos, capítulos de livros e relatórios de pesquisa científica. Por último, os respondentes de perfil pessoal são aqueles que utilizam experiência pessoal e consultam colegas de trabalho.

**TABELA 12**  
**Análise fatorial dos tipos de informação utilizados no trabalho com políticas públicas**

Tipo de informação	Interno	Externo	Acadêmico	Pessoal
Leis e normas	0,75	-0,01	0,23	0,31
Notas técnicas produzidas por órgãos distritais	0,80	0,11	0,19	0,17
Pareceres legais e decisões judiciais	0,87	0,13	0,08	0,10
Recomendações de órgãos de controle	0,86	0,15	0,04	0,11
Boas práticas e iniciativas produzidas pelos estados e municípios	0,59	0,33	0,27	0,10
Sistemas informacionais e bases de dados governamentais	0,51	0,20	0,31	0,14
Artigos, capítulos ou livros produzidos por pesquisadores	0,32	0,33	0,67	0,17
Relatórios de pesquisa científica	0,24	0,46	0,76	0,11
Recomendações de instâncias participativas	0,35	0,67	0,39	0,06
Experiência e opiniões de beneficiário	0,33	0,74	0,17	0,08
Informações geradas por grupos de interesse	0,17	0,80	0,20	0,18
Recomendações de organismos internacionais	0,19	0,63	0,42	0,15
Matéria jornalística	0,05	0,47	0,25	0,38
Experiência pessoal	0,24	0,18	0,11	0,62
Consulta a colegas de trabalho	0,31	0,18	0,07	0,68
Outros	-0,05	0,19	0,01	0,12
KMO: 0,91; $X^2 = 11118,7$ ; $df = 120$ ; $p < 0,00$				
Alfa de Cronbach: 0,91				
Varição total explicada	0,24	0,42	0,53	0,62
ss loadings	3,91	2,88	1,77	1,30

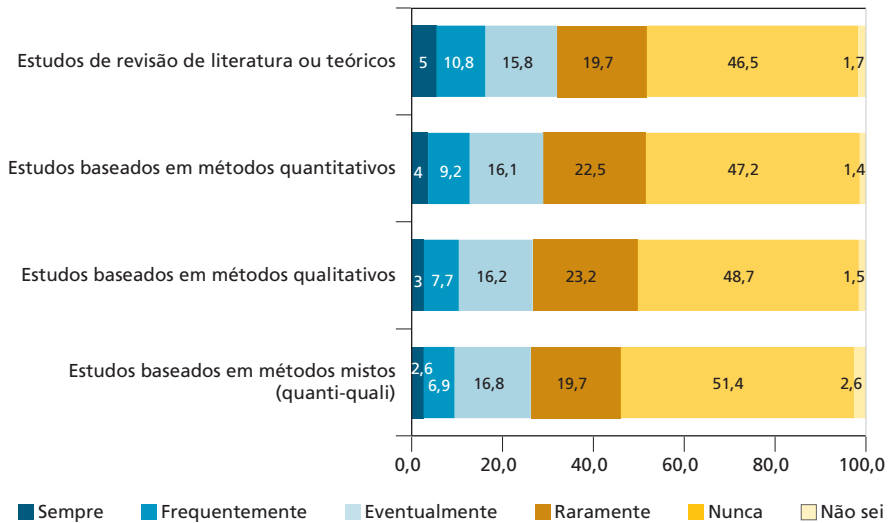
Fonte: Dados da pesquisa.  
 Elaboração dos autores.

O questionário também procurou compreender os usos de tipos específicos de produções científicas e as respostas apontam para o pouco uso de evidências científicas. Como apresentado no gráfico 10, apenas 15,8% dos participantes

utilizam sempre ou frequentemente estudos de revisão de literatura ou teóricos. Os demais tipos de estudos – baseados em métodos quantitativos, qualitativos e mistos – são ainda menos utilizados. Em casos de usos eventuais, os estudos baseados em métodos mistos apresentaram a maior proporção (16,8%), e os métodos quantitativos e qualitativos tiveram a maior frequência do uso raro (22,5% e 23,2%, respectivamente).

GRÁFICO 10

**Tipos de pesquisas e estudos científicos versus frequência de utilização**  
(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.  
Elaboração dos autores.

O *survey* também investigou os meios de acesso a pesquisas e estudos científicos. O respondente podia marcar quantas opções quisesse. A tabela 13 mostra que 67,8% dos participantes afirmaram ter, como principal meio de acesso a pesquisas científicas, ferramentas de busca *on-line* (como o Google). Grande parte dessas respostas pode ser justificada pela função intermediária que esses *sites* cumprem, visto que muitas pesquisas e artigos acadêmicos podem ser encontrados a partir dessas plataformas.

Em segundo lugar, 44,7% dos servidores afirmaram que a imprensa é um importante meio para obter informações sobre pesquisas e estudos científicos. Em terceiro, as buscas em *sites* de instituições de pesquisa, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ipea e a Codeplan, foram declaradas fontes de acesso a informações por 43,6% dos respondentes.

Portais de periódicos ou banco de teses e dissertações possuem baixa relevância em comparação ao restante (28,7%), assim como a busca presencial ou em *sites* de bibliotecas e citações acadêmicas (respectivamente com 16,5% e 24,4%), evidenciando a baixa inclinação dos servidores em relação às fontes convencionais de acesso ao conhecimento científico.

TABELA 13  
Meios de acesso a pesquisas e estudos científicos relevantes

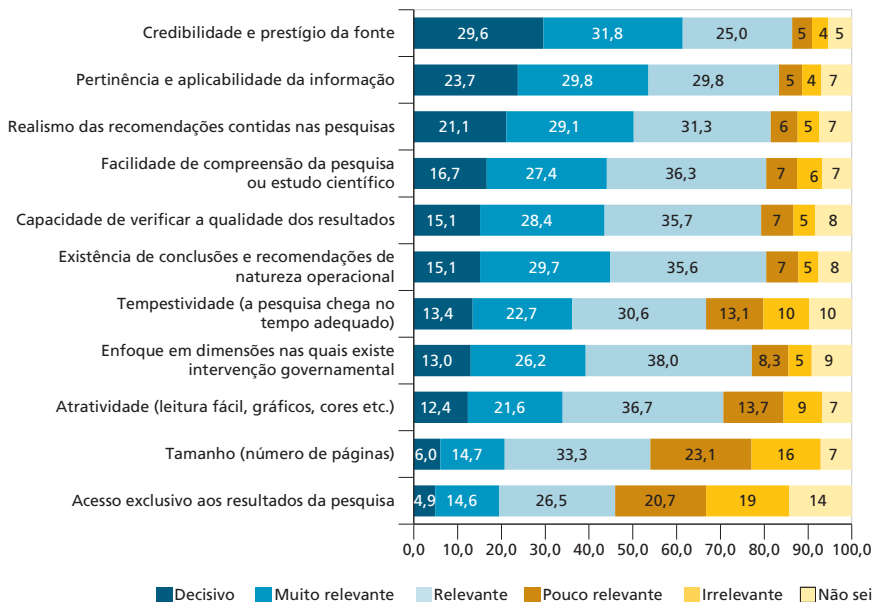
Fonte de acesso	Frequência	%
Google/ferramentas de busca <i>on-line</i>	752	67,8
Imprensa	496	44,7
Busca em <i>sites</i> de instituições de pesquisa	484	43,6
Indicação de conhecidos	432	38,9
Eventos, seminários ou congressos científicos	404	36,4
Portal de periódicos ou banco de teses e dissertações	318	28,7
Citações em estudos acadêmicos	271	24,4
Redes sociais	268	24,2
Plataformas de compartilhamento de áudio e vídeo	229	20,6
<i>Sites</i> de organismos internacionais	192	17,3
Busca presencial/ <i>sites</i> de bibliotecas	183	16,5
Não quer responder	93	8,4
Outros	18	1,6
Secretarias ou órgãos do GDF	16	1,4

Fonte: Dados da pesquisa.  
Elaboração dos autores.

Os servidores foram perguntados sobre características das pesquisas e estudos que influenciam o uso dessas evidências. No geral, quase todos os fatores listados foram considerados pelo menos relevantes por mais da metade dos respondentes. No geral, eles prezam pela credibilidade e aplicabilidade como principais fatores no uso das pesquisas, além de considerarem aspectos como atratividade, facilidade e possibilidade de verificar a qualidade dos resultados como relevantes.

Mais especificamente, 61,4% reportaram credibilidade e prestígio da fonte como fator decisivo ou muito relevante no uso de pesquisas e estudos científicos. O segundo fator decisivo ou muito relevante (53,5%) foi pertinência e aplicação da informação, seguido por realismo das recomendações das pesquisas (50,2%). Cerca de um terço acredita serem relevantes a atratividade (36,7%), a facilidade de compreensão (36,3%) e a capacidade de verificar a qualidade dos resultados (35,7%). Por último, aspectos relacionados ao número de páginas (15,8% e 23,1%) e ao acesso exclusivo aos resultados (19% e 20,2%) foram considerados, respectivamente, irrelevante e pouco relevante na utilização de estudos científicos.

GRÁFICO 11

**Características influentes na utilização de pesquisas e estudos científicos**  
(Em %)

Fonte: Dados da pesquisa.  
Elaboração dos autores.

Uma questão buscou entender atitudes individuais e aspectos organizacionais nas práticas de utilização de evidências científicas. Os respondentes foram convidados a responder sobre a frequência das afirmações listadas. Os resultados indicam que há poucas condições e incentivos organizacionais para o uso de evidências científicas: i) apenas 18,3% disseram que sua organização sempre ou frequentemente dispõe de meios e recursos para obter informações produzidas por pesquisas e estudos científicos; ii) apenas 18% afirmaram serem sempre ou frequentemente encorajados pelos dirigentes a utilizarem resultados de pesquisas e estudos científicos; e iii) apenas 14,6% afirmaram que sempre ou frequentemente em sua organização são oferecidas oportunidades para construir relacionamentos com pesquisadores e institutos de pesquisa.

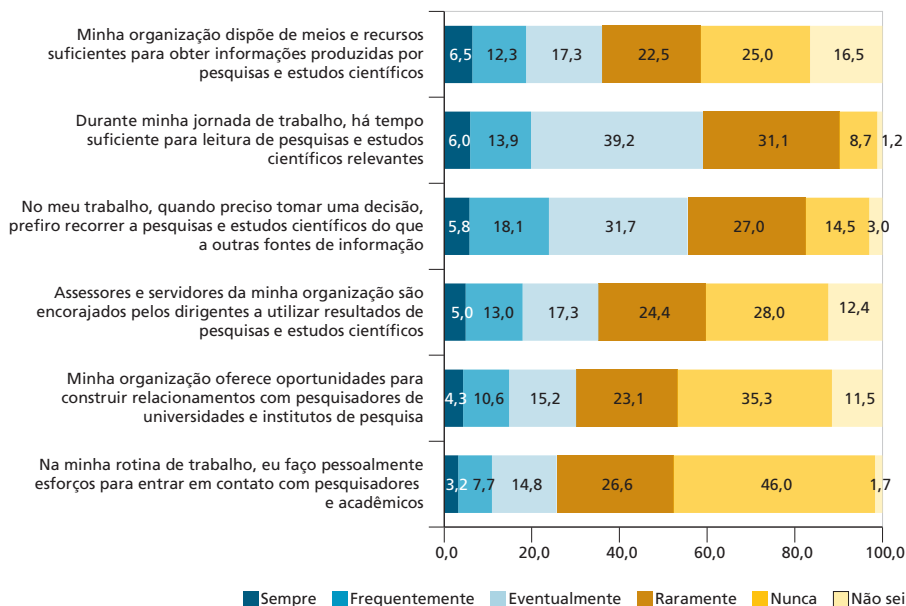
Os dados também apontam baixa frequência de atitudes e práticas individuais relacionadas ao uso de evidências científicas. Menos de 25% afirmaram recorrer, em sua rotina, preferencialmente a estudos científicos em relação a outras fontes de informação, e cerca de 46% dos servidores afirmam que nunca fazem esforços para consultar pesquisadores e acadêmicos.

No quesito de tempo de leitura, 39,2% e 31,1% dos servidores eventualmente ou raramente, respectivamente, possuem tempo suficiente para a leitura durante o tempo de trabalho.

GRÁFICO 12

**Rotina de trabalho e funcionamento da organização**

(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.  
Elaboração dos autores.

Focalizando a existência de unidades voltadas para utilização de evidências científicas (tabela 14), identificou-se que 17,9% dos participantes afirmaram atuar em organização com alguma unidade voltada para a utilização de pesquisas e estudos científicos, 34,4% disseram que em suas organizações não há nenhuma unidade do tipo e 47,7% não sabem se existe. Observando a distribuição por tipo de órgão, 50% e 30% dos funcionários de fundações e órgãos especializados, respectivamente, afirmaram ter uma unidade dessas em suas organizações. Empresas públicas e Casa Civil tiveram as menores proporções (5% e 7%, respectivamente).

TABELA 14

**Servidores(as) cujo órgão/entidade/empresa tem unidade organizacional voltada para utilização de evidências científicas**

Servidores	Frequência	%
Sim	199	17.9
Não	381	34.4
Não sei	529	47.7

Fonte: Dados da pesquisa.  
Elaboração dos autores.

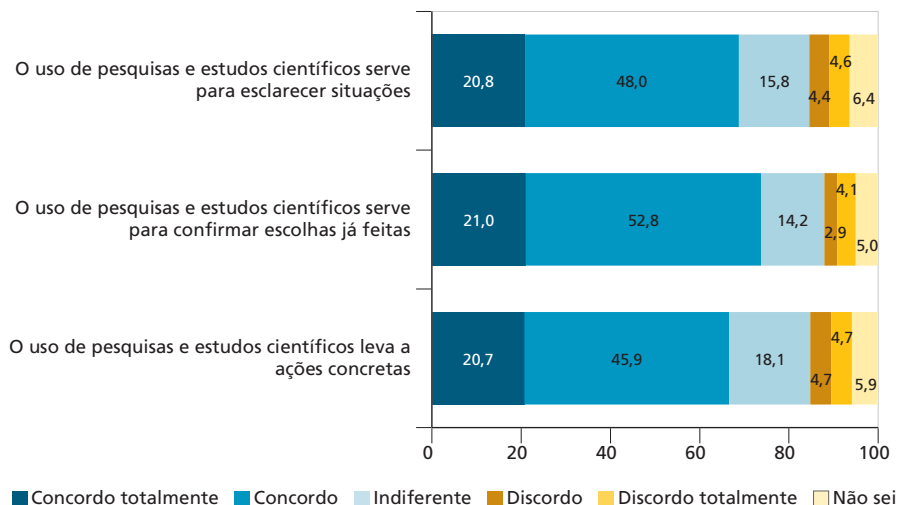
Para quem afirmou a existência da unidade em seu órgão, foram questionadas as atribuições da unidade. Os resultados (tabela 15) mostram que as principais atribuições dessas estruturas são: “disseminar os resultados de pesquisas” (44,7%), “prospectar pesquisas realizadas” (40,7%) e “produzir pesquisas” (37,2%).

TABELA 15  
Atribuições da unidade especializada em uso de evidências científicas

Atribuições	Frequência	%
Disseminar os resultados produzidos pelas pesquisas e estudos científicos	89,0	44,7
Prospectar pesquisas e estudos científicos realizados	81,0	40,7
Produção de pesquisas e estudos científicos	74,0	37,2
Não sei	44	22,1
Traduzir os resultados de pesquisa e estudos em recomendações	43,0	21,6
Contratar pesquisas e estudos científicos	40,0	20,1
Outros	11	5,5

Fonte: Dados da pesquisa.  
Elaboração dos autores

GRÁFICO 13  
Contribuição do uso de pesquisas e estudos científicos no seu contexto de trabalho  
(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.  
Elaboração dos autores.

O *survey* buscou dialogar com a tipologia sobre uso de evidências científicas que indica usos instrumentais, conceituais e simbólicos Beyer (1997). Usando a escala Likert, os respondentes apontaram o grau de concordância com afirmações

sobre os três tipos de uso de evidências científicas. Proporções muito semelhantes de participantes declararam concordar ou concordar totalmente que o uso de estudos e pesquisas científicas serve para esclarecer situações (73,8% somando), confirmar escolhas já feitas (68,8%) e levar a ações concretas (66,6%), com pequena vantagem para o tipo de uso conceitual.

## 5 DISCUSSÃO

### 5.1 Cenário do uso e não uso de evidências científicas

O panorama atual do uso de evidências pela burocracia distrital é o de pouco uso desse tipo de informação em relação a outros tipos disponíveis. Apenas 16,3% e 23,1% das pessoas, respectivamente, afirmaram usar sempre ou frequentemente relatórios de pesquisa científica e artigos, capítulos ou livros produzidos por pesquisadores (gráfico 9). Entre as fontes científicas, as que têm maior destaque são os sistemas informacionais e as bases de dados governamentais, usados sempre ou frequentemente por 48,7% dos respondentes. Corrobora com isso a informação de que a proporção de servidores(as) que sempre ou frequentemente preferem recorrer a pesquisas e estudos científicos como fonte de informação também não é elevada – 23,9% (gráfico 12).

Também reforçam o cenário de baixo uso de evidência as proporções de uso por tipo de estudo específico. Apenas 16,2% dos participantes utilizaram sempre ou frequentemente estudos de revisão de literatura ou teóricos (gráfico 10). Os demais tipos de estudos são utilizados com ainda menos frequência.

Assim como identificado na burocracia federal (Koga *et al.*, 2020), observa-se uma preferência por fontes não científicas e, entre as científicas, pelas produzidas internamente. Isso talvez se explique, também como levantado no âmbito federal, por uma tendência a buscar validação interna à burocracia de informações ou porque esses sistemas normalmente registram dados sobre evidências locais e sobre a política pública em que esses profissionais trabalham – situação em que, possivelmente, a oferta é mais alinhada ao tipo de evidências demandado.

Nesse quesito, também chama atenção o fato de que, entre as informações mais utilizadas, constam informações produzidas ou acessadas internamente à própria organização em que trabalham. Entre os respondentes, 82,8% afirmaram consultar sempre ou frequentemente leis e normas, colegas (71,8%), notas técnicas produzidas por órgãos distritais (60%), experiência pessoal (56,7%) e decisões de órgãos de controle (51,6%). Essa situação aponta para um possível distanciamento da burocracia, sobretudo em relação ao controle social, visto que a consulta às recomendações de instâncias participativas é observada sempre ou frequentemente por 12,9% e a experiência do usuário por 9,3% dos respondentes.



Essa constatação dialoga com questões mais amplas e arraigadas, como o já amplamente debatido insulamento burocrático (Cavalcante, Lotta e Oliveira, 2018) e, de modo menos direto, com as inovações no setor público. Entre as barreiras mais proeminentes que impedem as organizações de inovarem (Brandão e Bruno-Faria, 2017), estão as restrições legais reconhecidas no tipo de informação mais acessado pelos(as) participantes.

## 5.2 Características de pesquisas e estudos

Fatores apontados na literatura sobre uso de evidências científicas em políticas públicas também foram identificados no cenário da burocracia distrital e dialogam com o cenário de pouco uso dessas informações. Muitas das características de pesquisas e estudos listadas pelo questionário – como credibilidade e prestígio da fonte, pertinência e aplicabilidade da informação, realismo das recomendações, facilidade de compreensão e tempestividade da pesquisa – foram apontadas como pelo menos relevantes por mais da metade dos respondentes, confirmando o que já se antecipava pela literatura (Oliver *et al.*, 2014).

Registra-se surpresa em ter o tamanho (número de páginas) e a atratividade (leitura fácil, gráficos e cores) como itens considerados decisivos ou muito relevantes para o uso de evidências científicas por proporções pequenas de respondentes. Para explorar esse ponto com mais propriedade, seria benéfico “desempacotar” diferentes padrões de uso – acesso/obtenção, leitura/consumo (Ouimet *et al.*, 2009) – e lançar mão de experimentos aleatorizados. Testes desse tipo poderiam indicar se, em uma situação de escolha, os(as) servidores(as) optariam por ler um documento longo, com poucos elementos visuais em detrimento de documentos curtos, sintéticos e visualmente mais elaborados (mantidas as demais características dos documentos). Estudos de psicologia sobre aprendizado sugerem diminuir a carga cognitiva e a quantidade de informações a serem mantidas na memória temporária (Winne e Nesbit, 2010).

## 5.3 Perfil, habilidades, conhecimentos e atitudes dos(as) servidores(as)

Os dados sobre habilidades e conhecimentos relacionados a evidências científicas da burocracia distrital podem parecer conflitantes. De um lado, eles têm elevada escolaridade (71,14% com pós-graduação); e, por outro, mais da metade afirmou ter feito curso de formação continuada no último ano (tabela 8); desses, mais de 70% afirmaram ter lido pelo menos um artigo científico nessa formação. Ao mesmo tempo, os respondentes indicaram não ter familiaridade para interpretar resultados de pesquisas estatísticas, utilizar novas ferramentas e tecnologias da informação e de comunicação, definir indicadores e metodologias para avaliar e monitorar políticas públicas ou ferramentas de processamento de dados e análise descritiva.

Daí decorrem mais perguntas do que certezas. Cursos de pós-graduação normalmente envolvem atividades de pesquisa, o que indicaria familiaridade com produção científica. Seria esse tipo de formação insuficiente para garantir essa familiaridade e afetar o uso efetivo? O tempo decorrido desde a realização do curso importaria? Seriam tipos de estudos/atividades quantitativas mais desafiadoras para os(a) gestores(as)? Isso significa haver demanda/interesse da parte deles(as) por capacitações sobre esses temas?

A escolaridade dos servidores poderia fomentar o uso de evidências não apenas por conferir conhecimentos e habilidades específicas, mas gerando mais confiança em sua experiência pessoal (Newman *et al.*, 2016) e facilitando a comunicação por um senso de identidade comum – servidores(as) públicos(as) com experiências acadêmicas podem se sentir mais propensos a interagir e se comunicar com pesquisadores(as). Contudo, cursos longos e formais estão longe de serem as únicas oportunidades de desenvolvimento de habilidades e conhecimentos. Além disso, ainda é preciso entender o peso da sua importância face a outros fatores, a interação com outros elementos e quais seriam os desenhos efetivos de medidas para promover essas habilidades e/ou sentido de identidade.

Ainda merece registro a longa experiência na política de atuação dos respondentes. Macedo, Viana e Nascimento (2019) indicam que mais tempo de atuação no serviço público está associado a um uso menor de fontes de evidências nas políticas públicas. O estudo indica, nesse caso, a importância de fatores como especialização do servidor ou autocentrismo da burocracia. Esse ponto merece ser explorado em um próximo estudo.

#### 5.4 Elementos organizacionais

No geral, parece haver poucos incentivos e condições fornecidas pelas organizações distritais para promover o uso de evidências científicas – por exemplo, poucos meios para obter informações produzidas por estudos científicos, falta de encorajamento dos superiores para utilizar insumos científicos ou escassas oportunidades para construir relações com produtores de evidências (gráfico 12). Também merece destaque que 34,4% dos(as) participantes disseram ter em suas organizações alguma unidade voltada para utilização de pesquisas e estudos científicos (tabela 14); por outro lado, 47,7% disseram não saber – o que parece sugerir que essas unidades devam enfrentar problemas para disseminar pesquisas e estudos, visto que não conseguiram sequer comunicar efetivamente sua existência.

Esses dados sugerem que não existe, em boa parte das organizações distritais, iniciativas deliberadas para encomendar pesquisas, estudos, análises ou assessoria técnica científica, promover o acesso a estudos científicos, a discussão/análise e a utilização desse tipo de informação. Os usos eventualmente feitos possivelmente são mais frutos de iniciativas individuais do que de prática institucionalizada em normas ou no cotidiano da gestão.

### 5.5 Limitações do estudo

Os dados coletados foram reportados pelos próprios servidores e empregados, o que pode levar a vieses. É possível que os(as) respondentes não informem suas opiniões/atitudes/práticas reais, mas aquelas que parecem mais socialmente aceitáveis. Outra, já detalhada na metodologia, é a incerteza sobre o atingimento do público-alvo (servidores e empregados de médio e alto escalão). A falta de uniformidade entre as estruturas organizacionais do GDF tentou ser contornada com a aplicação de filtros na base e no questionário, que podem não ter sido totalmente efetivos. Por fim, alguns dos termos usados no questionário podem ainda ter soado vagos ou imprecisos para os participantes, tais como “atividades administrativas”, “atendimento ao público”, e mesmo aqueles usados nas escalas de frequência, como “sempre”, “frequentemente”, “eventualmente” etc.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresentou e discutiu um panorama do uso e não uso de evidências científicas pelos servidores e empregados públicos do Distrito Federal. Os dados foram levantados por meio de *survey* realizado entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021, totalizando 1.109 respostas válidas. Neste diagnóstico, observou-se que o uso de evidências científicas é baixo – com exceção de evidências produzidas pela própria burocracia distrital.

A análise dos dados apresentados sugere que, no Distrito Federal, há um longo percurso a se percorrer para transmitir os achados científicos a gestoras e gestores, incorporar essas evidências ao ciclo das políticas públicas de forma a influenciar decisões, bem como gerar intervenções mais eficazes e efetivas. As transformações devem ocorrer nas organizações públicas, com a criação de uma “cultura de uso das evidências”, que envolve a aproximação dos institutos de pesquisa e a implantação de estratégias para disponibilizar as evidências necessárias de forma acessível, tempestiva e adequada para o uso. As pessoas devem ser envolvidas no processo que, por sua vez, também deve se tornar mais “permeável” ao uso de evidências científicas.

Os dados indicam que há espaço para explorar diferentes formas de promoção do uso de evidências científicas no Distrito Federal. Também há espaço em secretarias, fundações e empresas no Distrito Federal para atividades e serviços de tradução do conhecimento, de aproximação entre produtores de evidências e seus consumidores no serviço público. As atividades de tradução, como o nome sugere, buscam aproximar as duas comunidades, que operam com pressupostos, expectativas, linguagens, prazos e incentivos diferentes (Caplan, 1979; Gaudreau e Saner, 2014; Oliver *et al.*, 2014). No Distrito Federal, esse tipo de atividade ganha mais relevância dado o reduzido percentual de pessoas respondentes que leem em outros idiomas (tabela 7).

Tanto a Codeplan como outras instituições de pesquisa que pretendam informar políticas públicas distritais não devem desconsiderar a tempestividade da pesquisa (chegar no tempo adequado). Mencionada pela literatura, tempestividade se relaciona ao tempo oportuno da ação política, conforme a dinâmica da política pública em questão, e é apontada pela análise de múltiplos fluxos como uma janela de oportunidades para a mudança, uma vez existentes e confluentes a presença do problema na agenda de pesquisa, as soluções possíveis e a oportunidade de ação (Kingdom, 1984).

Há muito o que se avançar na agenda nacional e na agenda distrital de estudos sobre PPBE. No Distrito Federal, outros estudos podem avançar na agenda e refinar esse diagnóstico. Os dados coletados sobre fatores que influenciam os usos de evidências científicas podem ser analisados por métodos para identificar eventuais correlações entre as variáveis. Outros dados que permitam apontar ocasionais variações dos usos entre diferentes órgãos, entidades ou áreas de políticas públicas também seriam bem-vindos. Pesquisas documentais podem identificar se relatórios de órgãos de controle distritais e notas técnicas produzidas pela própria gestão trazem referências indiretas ao uso de evidências científicas. Também merecem ser exploradas, em outros estudos, as organizações onde existem unidades dedicadas à promoção de evidências científicas para entender em profundidade como funcionam as iniciativas em curso.

Concluir este diagnóstico equivale a dizer que uma rodada importante desse “jogo” foi vencida ao tornar possível o vislumbre da dimensão das modificações necessárias, junto com caminhos possíveis para implementá-las. Daqui em diante, o diagnóstico poderá nortear as rodadas seguintes, rumo à criação de organizações públicas mais capazes de gerar resultados para a população, entendendo que a incorporação de evidências defende, na verdade, um jogo em que todo mundo ganha.

Por fim, esse *survey* traz uma contribuição inovadora ao apresentar resultados sobre o uso de evidências em contexto subnacional. Com isso, espera-se que contribua para a agenda de pesquisa e enseje o desenvolvimento de pesquisas similares que, preferencialmente, aprendam com a experiência apresentada e ajudem a encontrar caminhos para a difusão do uso de evidências nas políticas públicas brasileiras.

## REFERÊNCIAS

- BABBIE, E. Pesquisa de *survey* como método das Ciências Sociais. In: BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de *survey***. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- BARRETO, J. O.; SOUZA, N. M. Avançando no uso de políticas e práticas de saúde informadas por evidências: a experiência de Piripiri-Piauí. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 1, p. 25-34, 2013.

BEYER, J. M. Research utilization: bridging the gap between communities. **Journal of Management Inquiry**, v. 6, n. 1, p. 17-22, 1997.

BRANDÃO, S.; BRUNO-FARIA, M. Barreiras à inovação em gestão de organizações públicas do Governo Federal brasileiros. *In*: CAVALCANTE, P. *et al.* **Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil**. Brasília: Ipea, 2017.

CAMPOS, M. Para que serve a pesquisa em educação? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 136, p. 269-283, abr. 2009.

CAPLAN, N. The two-communities theory and knowledge utilization. **American Behavioral Scientist**, v. 22, n. 3, p. 459-70, 1979.

CARNEIRO, M. J. T.; DANTON, T. Agricultura e biodiversidade nas ciências sociais brasileiras: alimentando a comunicação entre ciência e políticas públicas. **Sociologias**, v. 14, n. 30, p. 252-289, maio 2012.

CARNEIRO, M. J. T.; ROSA, T. da S. A ciência e seus usos na política: uma reflexão sobre a política baseada em evidências. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 2, p. 331-352, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3Adzw2Y>>.

CARNEIRO, M. J. T.; SANDRONI, L. T. Ciência e política pública na perspectiva dos gestores: clivagens e confluências. **Sociedade e Estado**, v. 33, n. 1, p. 39-59, abr. 2018.

CAVALCANTE, P.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. Do insulamento burocrático à governança democrática: as transformações institucionais e a burocracia no Brasil. *In*: PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: Ipea, 2018.

CHERNEY, A. *et al.* Use of academic social research by public officials: exploring preferences and constraints that impact on research use. **Evidence & Policy: a journal of research, debate and practice**, v. 11, n. 2, p. 169-188, 2015.

DAVIES, P. **Is evidence-based government possible?** London: Jerry Lee Lecture, 2004.

DIAS, R. I. da S. C. *et al.* Estratégias para estimular o uso de evidências científicas na tomada de decisão. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v. 23, n. 3, p. 316-322, set. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3Bkgzxi>>.

FARIA, C. A. P. de; SANCHES, A. E. **Mapeamento e caracterização do movimento das políticas públicas baseadas em evidências no Brasil**. [S.l.], 2021. No prelo.

GAUDREAU, M.; SANER, M. **From many to one: integration of knowledge(s) and values in decision-making**. Ottawa: Institute for Science, Society and Policy, 2014. (Science/Policy Interface Policy Brief Series, n. 2).

HEAD, B. The three lenses of evidence-based policy. **The Australian Journal of Public Administration**, v. 67, n. 1, p. 1-11, 2008.

HJORT, J. *et al.* **How research affects policy**: experimental evidence from 2,150 Brazilian municipalities. NBER, July 2019. (Working Paper, n. 25941). Disponível em: <<https://bit.ly/2ZZT2Uv>>.

INNVAER, S. *et al.* Health policy-makers perceptions of their use of evidence: a systematic review. **Journal of Health Services Research & Policy**, v. 7, n. 4, p. 239-244, Oct. 2002.

KINGDOM, J. **Agendas, alternatives and public policies**. Boston, MA: Little Brown, 1984.

KNOTT, J.; WILDAVSKY, A. If dissemination is the solution, what is the problem? **Knowledge: Creation, Diffusion, Utilization**, v. 1, n. 4, p. 537-78, 1980.

KOGA, N. *et al.* **O que informa as políticas públicas**: *survey* sobre o uso e não uso de evidências pela burocracia federal brasileira. Brasília: Ipea, 2020. (Texto para discussão, n. 2619). Disponível em: <<https://bit.ly/3a8ux9p>>.

LANDRY, R.; AMARA, N.; LAMARI, M. Utilization of social science research knowledge in Canada. **Research Policy**, v. 30, n. 2, p. 333-349, 2001.

MACEDO, A. S.; VIANA, R.; NASCIMENTO, M. I. B. Capacidades analíticas no processo de produção de políticas públicas: quais fontes de evidências usam os burocratas do serviço civil da administração pública federal? **Administração Pública e Gestão Social**, v. 11, n. 4, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3mmdszD>>.

NEWMAN, J.; CHERNEY, A.; HEAD, B. W. Policy capacity and evidence-based policy in the public service. **Public Management Review**, v. 19, n. 2, p. 157-174, 2016.

NUTLEY, S. M.; WALTER, I.; DAVIES, H. T. O. **Using evidence**. How research can inform public services. London: Policy Press, 2007.

OLIVER, K. *et al.* A systematic review of barriers to and facilitators of the use of evidence by policymakers. **BMC Health Services Research**, v. 14, n. 1, p. 1-12, 2014.

OUIMET, M. *et al.* The absorption of research knowledge by public civil servants. **Evidence & Policy: A Journal of Research, Debate and Practice**, v. 5, n. 4, p. 331-350, Nov. 2009.

OXMAN, A. *et al.* What is evidence-informed policymaking? **Health Research Policy and Systems**, v. 7, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/3brUpfO>>.

PARANHOS, R. Corra que o *survey* vem aí: Noções básicas para cientistas sociais. **Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social**, ano 3, n. 6, 2014.

PARKHURST, J. **The politics of evidence**. London; New York: Routledge, 2017.

PINHEIRO, M. M. S. **Políticas públicas baseadas em evidências (PPBEs): delimitando o problema conceitual**. Rio de Janeiro: Ipea, abr. 2020a. (Texto para Discussão, n. 2554).

\_\_\_\_\_. Políticas públicas baseadas em evidências: uma avaliação crítica. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 24, nov. 2020b. Disponível em: <<https://bit.ly/2WNDfXG>>.

SANDIM, T. L.; MACHADO, D. A. O Paradigma das políticas públicas baseadas em evidências na gestão pública brasileira: uma análise das publicações acadêmicas. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 24, nov. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3iBqkQ9>>.

SILVA, D. A. V. S.; FONSECA, M. V. de A. Monitoramento para avaliação do desempenho regulatório do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 2, p. 447-472, abr. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3FgJ2WZ>>.

SUNESSON, S.; NILSSON, K. Explainin research utilization: beyond “functions”. **Knowledge**, v. 10, n. 2, p. 140-155, 1988.

TOLOSANA, E. S. Reducing health inequalities: the use of Health Impact Assessment on Rural Areas. **Saúde e Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 515-526, June 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2YvH3gO>>.

TYDÉN, T. **Knowledge interplay: User-oriented research information through synthesis pedagogics**. Stockholm: Almqvist & Wiksell International, 1993. (Uppsala Studies in Education, n. 50).

VESELÝ, A.; OCHRANA, F.; NEKOLA, M. When evidence is not taken for granted: the use and perception of “evidence” in the czech republic ministries. **NISPACEe Journal of Public Administration and Policy**, v. 11, n. 2, p. 219-234, 2018.

WEISS, C. H. The many meanings of research utilization. **Public Administration Review**, v. 39, n. 5, p. 426-31, 1979.

WINNE, P. H.; NESBIT, J. C. The psychology of academic achievement. **Annu ver. Psychol**, v. 61, n. 1, p. 653-678, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3BfFwcT>>.